



INADIMPLÊNCIA NO CRÉDITO LIVRE ATINGE RECORDE, E ATRASO DE FAMÍLIAS CHEGA A 7,8%, DIZ BC

A parcela de empréstimos em atraso no crédito livre -que inclui modalidades como cartão, crédito pessoal e financiamento de veículos- atingiu 6,4% em julho, o maior nível da série histórica do Banco Central, iniciada em março de 2011. Entre as pessoas físicas, a inadimplência nesse segmento chegou a 7,8%.

O avanço dos atrasos ocorreu mesmo com uma queda dos juros médios cobrados nesse tipo de crédito. A taxa média ficou em 47,7% ao ano em julho, 2 pontos percentuais abaixo do registrado no mês anterior, embora permanecesse 1,8 ponto acima do nível de um ano antes.

No conjunto de todas

as operações de crédito do sistema financeiro, a inadimplência chegou a 4,9% em julho, alta de 0,3 ponto percentual no mês e de 0,9 ponto em 12 meses, informou o Banco Central nesta sexta-feira (28).

Entre as famílias, o percentual de empréstimos em atraso subiu 0,4 ponto no mês, para 5,8%. Entre as empresas, avançou 0,1 ponto, para 3,3%.

O aumento foi maior nas operações com recursos livres, aquelas em que bancos e clientes negociam livremente as condições do empréstimo. Nesse segmento, a inadimplência subiu 0,4 ponto percentual em julho e 0,9 ponto em 12 meses, alcançando 6,4% do total da carteira.

Entre as pessoas físicas, o índice chegou a 7,8%, após alta de 0,4 ponto no mês e de 1,1 ponto em 12 meses. Nas empresas, a inadimplência ficou em 4,2%.

O estoque total de crédito concedido pelo sistema financeiro alcançou R\$ 7,4 trilhões em julho, com alta de 0,3% no mês. O crédito às pessoas físicas cresceu 0,8%, para R\$ 4,6 trilhões, enquanto o destinado às empresas recuou 0,7%, para R\$ 2,7 trilhões.

Em 12 meses, o volume total de crédito aumentou 9,5%. O crescimento foi mais forte entre as famílias, cujo estoque de empréstimos avançou 10,8%, contra alta de 7,4% nas operações com empresas.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Governo vai prever superávit efetivo de R\$ 18 bi a R\$ 20 bi no Orçamento de 2027, diz ministro

Aliados veem Lula pressionado por caso Lulinha e cobram "anteparo"

Dino diz que 'ultraprotagonismo' do Judiciário não é desejável, mas que STF não pode sair correndo

Comissão que analisa fim da taxa das blusinhas inicia atividades, e relatório deve ser votado na segunda (31)

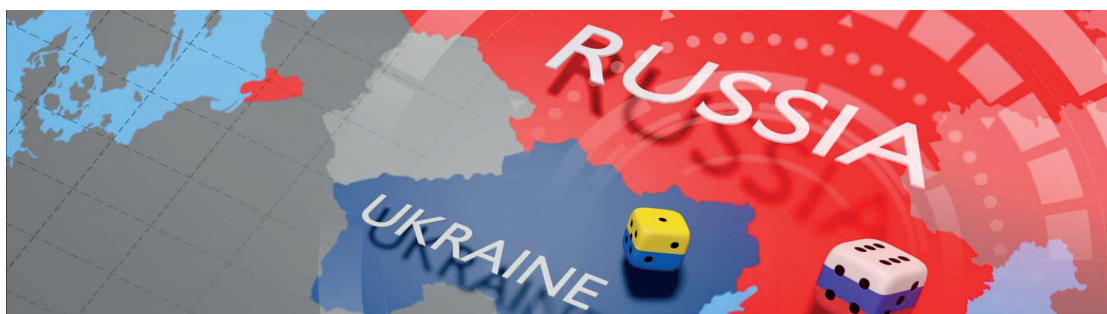


Preço da carne faz Trump adotar medidas contra frigoríficos do Brasil



NO MUNDO

Ucrânia diz ter atingido bombardeiro nuclear em base na Rússia



O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, afirmou nesta sexta-feira (28) que forças de seu país atingiram um bombardeiro estratégico com capacidade de ataque nuclear Tupolev Tu-95MS em sua base na Rússia.

Se confirmada, será a 12ª perda do modelo na guerra, o que equivale a 20% da frota à disposição de Vladimir Putin antes da invasão do vizinho em 2022. Até aqui, apenas emergiram imagens de um grande incêndio no aeródromo de Engels-2.

Uma foto de satélite de procedência incerta circulou nas redes mostrando um dano menor à asa de um

Tu-95 que estaria na base, mas ela não parece consistente com a fumaça registrada no vídeo. Ainda não houve comentário da Rússia.

A base fica a cerca de 800 km da fronteira ucraniana e já foi objeto de outros ataques no conflito. Ela sedia parte da frota do quadrimotor turboélice Tu-95 e todos os 14 mais modernos supersônicos Tu-160, principais bombardeiros estratégicos da Rússia ao lado do menor Tu-22.

Lá também há cofres com mísseis de cruzeiro equipados com ogivas nucleares, mas até aqui não há registro de danos contra essas instalações.

Zelenski não disse como o ataque ocorreu, apenas

que ficou a cargo da famosa Equipe Alfa do Serviço de Segurança da Ucrânia. A unidade costuma lançar drones de longa distância contra alvos estratégicos russos, e organizou no ano passado a Operação Teia de Aranha.

Nela, ao menos oito Tu-95 e outros aparelhos foram atingidos ou destruídos em cinco bases na Rússia, mas não em Engels. Os ucranianos enviaram drones pequenos escondidos em caminhões, operados remotamente até seus alvos.

O Tu-95 é o principal vetor de lançamento de mísseis de cruzeiro Kh-101 e semelhantes de longa distância contra a Ucrânia. Eles dispararam do espaço aéreo russo.

Igor Gielow/Folhapress

Exército de Israel mata três em raro bombardeio na Cisjordânia ocupada

As Forças Armadas de Israel mataram três palestinos em um ataque aéreo na Cisjordânia ocupada nesta sexta-feira (28), de acordo com o governo israelense e serviços de emergência locais. O bombardeio, ocorrência rara neste território palestino, destruiu um carro nos arredores da cidade de Jenin, matando todos os ocupantes.

O Exército israelense informou que a operação tinha como alvo um membro do Hamas, grupo terrorista que controla a Faixa de Gaza, território palestino separado da Cisjordânia, por sua vez parcialmente governada pela Autoridade Palestina. O Fatah, partido político majoritário no órgão, é rival do Hamas.

O grupo terrorista condenou o ataque, mas não confirmou se as vítimas eram, de fato, membros da facção extremistas. Pelo

menos um dos mortos fazia parte do braço armado da Jihad Islâmica, outro grupo extremista palestino que é aliado ao Hamas.

De acordo com emergencistas palestinos, soldados israelenses isolaram o local do bombardeio, prendendo médicos que tentaram prestar socorro e impedindo o transporte dos corpos. Israel não se pronunciou sobre a acusação. O uso de ataques aéreos por parte de Israel na Cisjordânia é raro porque as Forças Armadas israelenses exercem controle militar absoluto no território palestino.

Após os acordos de Oslo dos anos 1990, a Cisjordânia foi dividida em três zonas. A zona A é governada pela Autoridade Palestina, cujo governo é liderado por Mahmoud Abbas, e é a única onde a polícia palestina pode atuar completamente, cuidando de crimes comuns.

Folhapress

Novo rompimento de lago ameaça operações de resgate no Nepal; mortos vão a 584



As autoridades do Nepal ordenaram nesta sexta-feira (28) que as equipes de resgate que procuram sobreviventes das inundações fatais se protejam, após o rompimento, no Tibete, de um lago formado pelo recente deslizamento, aumentando o risco de novas enxurradas.

O incidente elevou o risco de novas enxurradas na região do Himalaia e levou à suspensão temporária das operações em território nepalês e também na China. As buscas foram retomadas depois que o risco foi considerado controlável.

No Nepal, o Exército informou que o nível da água

subiu cerca de 60 centímetros após o alerta, e o governo monitora dois lagos que ainda correm o risco de romper e transbordar. O desastre matou ao menos 584 pessoas, de acordo com balanços ainda preliminares. Do total de mortos, 579 foram registrados no Nepal, segundo balanço da polícia, e 5 do lado chinês, de acordo com a imprensa estatal.

As informações sobre as vítimas não são centralizadas em uma única fonte e são divulgadas de forma separada pelas autoridades e pela imprensa dos dois lados da fronteira. Ao menos 1.924 pessoas estão desaparecidas, segundo balanço divulgado pela

polícia do Nepal nesta sexta.

Uma massa de água e lama semelhante a um tsunami avançou sobre a região na quarta-feira (16), soterrando casas, derrubando pontes e arrastando veículos. O Serviço Geológico dos Estados Unidos informou que o desastre foi causado pelo colapso de uma geleira, que desencadeou uma enorme corrente de rochas, gelo, lama e detritos que avançou pelos rios da região. Mais de 90 mil pessoas foram afetadas, segundo estimativa da Cruz Vermelha, e caminhões com ajuda humanitária encontram dificuldades logísticas para chegar às áreas atingidas.

Folhapress

**DATA
MERCANTIL** São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Governo vai prever superávit efetivo de R\$ 18 bi a R\$ 20 bi no Orçamento de 2027, diz ministro



O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai prever um superávit de R\$ 18 bilhões a R\$ 20 bilhões na proposta de Orçamento para 2027, antecipa à reportagem o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti.

Segundo ele, esse será o resultado efetivo das contas, já contabilizadas todas as exceções que permitem despesas fora do limite do arcabouço fiscal.

"Independentemente de contingenciamento [contenção de despesas] ou não, hoje as contas que eu faço me entregam um resultado primário cheio superavitário e com as políticas públicas funcionando, a valorização real do salário mínimo, o Bolsa Família e o

piso de saúde e de educação", diz o ministro. "Voltamos a ter um Orçamento equilibrado."

O número exato do superávit será anunciado na próxima segunda-feira (31), quando o Executivo envia ao Congresso o PLOA (projeto de Lei Orçamentária Anual) do ano que vem - o primeiro da gestão do próximo presidente eleito.

Mas o intervalo já indica uma melhora em relação aos R\$ 8 bilhões positivos projetados em abril, quando o governo encaminhou o PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2027. A peça estabelece a meta de esforço fiscal para o ano e também as bases para a elaboração do Orçamento.

O superávit indica uma arrecadação maior do que

as despesas. É um esforço importante para ajudar a pagar os juros da dívida pública e evitar que o país precise se endividar ainda mais.

A realização de um superávit efetivo nas contas públicas tem sido cobrada pelos críticos da política fiscal do governo Lula, que nos últimos anos cumpriu a meta fiscal com a ajuda de exceções previstas na legislação. O saldo final é o que os especialistas chamam de um superávit "para valer".

Com esses valores, a proposta de 2027 deve ser a mais benigna para as contas públicas desde o PLOA de 2015, enviado em 2014 e que previa um superávit de R\$ 86 bilhões (em valores da época) para o ano seguinte.

Folhapress

Transparência salarial: empregadores devem atualizar dados até segunda

O prazo para que as empresas privadas com 100 ou mais empregados atualizem informações sobre remunerações e carreiras termina na próxima segunda-feira (31). Os dados servirão para elaborar o 6º Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, que também usa o cadastro do sistema E-Social.

O documento é elaborado e publicado semestralmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O procedimento obrigatório deve ser feito diretamente no Portal Emprega Brasil, na área do empregador. Para atualizar os dados, é preciso fazer login na plataforma Gov.br.

As informações são voltadas à promoção da diversidade e iniciativas de apoio à família e à parentalidade. São dados comparativos de salários e remuneração média entre homens e mulheres por grande grupo ocupacional, informações sobre planos de cargos e salários; e práticas de apoio à parentalidade e diversidade.

Empresas com 100 ou mais empregados que não

atualizarem os dados para o relatório duas vezes ao ano estarão sujeitas à multa de até 3% da folha de salários da empresa, limitada ao teto de 100 salários mínimos.

O Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios está previsto na Lei da Igualdade Salarial (nº 14.611/2023) que determina que homens e mulheres devem receber a mesma remuneração para realizar trabalho de igual valor ou exercer a mesma função.

A lei está em conformidade com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 5, da ONU, que prevê alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas no Brasil até 2030.

O documento traz informações que permitem a comparação objetiva entre salários, remunerações e a proporção de ocupação de cargos de direção, gerência e chefia preenchidos por mulheres e homens, acompanhados de informações que possam fornecer dados estatísticos sobre outras possíveis desigualdades decorrentes de raça, etnia, nacionalidade e idade.

Folhapress

Comissão que analisa fim da taxa das blusinhas inicia atividades, e relatório deve ser votado na segunda (31)



O Congresso Nacional deu início nesta sexta-feira (28) às atividades da comissão mista formada por senadores e deputados responsável por analisar a MP editada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que acabou com a chamada taxa das blusinhas.

O presidente do grupo, deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), convocou uma reunião para apresentar e votar o relatório da senadora Leila do Vôlei (PDT-DF) na próxima segunda-feira (31). A ideia do parlamentar é levar o texto aos plenários da Câmara e do Senado na terça (1º) ou, no caso da última Casa, na quarta (2).

A MP deve ser aprovada até 8 de setembro ou perderá validade, o que resultaria na volta da cobrança de 20% de imposto federal para compras de até US\$ 50 (cerca de R\$ 258) às vésperas da eleição medida que seria impopular para a tentativa de reeleição de Lula.

A relatora afirmou a jornalistas que é "absolutamente a favor" do texto do governo Lula e que pretende preservá-lo, mas disse que também vai conversar com representantes de setores produtivos, que são contra a derrubada da cobrança, e não descartou adicionar outros pontos à redação.

Segundo ela, foram apresentadas cerca de 110 emendas para mudar a MP. A maior parte são de

congressistas de partidos da oposição, como PL, Novo e Missão.

Leila do Vôlei e Reginaldo Lopes terão uma reunião com técnicos do governo, no Palácio do Planalto, ainda nesta sexta para tratar do assunto. "Vamos na maior tranquilidade possível dialogar com todos que apresentaram suas manifestações. Vai ser uma força-tarefa no sábado e no domingo", disse a relatora.

O presidente da comissão faz parte da ala econômica do PT e foi um dos articuladores da reforma tributária no Legislativo.

Em discurso após ser eleito para o posto, ele defendeu que o fim da cobrança da taxa é justiça para os mais pobres.

Folhapress

POLÍTICA

Aliados veem Lula pressionado por caso Lulinha e cobram "anteparo"



A escalada da crise que cerca o empresário Fábio Luís Lula da Silva aumentou nas últimas semanas as tensões internas no governo federal e passou a fomentar cobranças mútuas entre auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Petistas próximos a Lula se queixam do silêncio de alguns ministros em relação ao tema e defendem que seja criada uma espécie de "anteparo" para o presidente.

A tese é que a resposta pública à crise não pode ficar a cargo apenas de Lula. E que as mensagens definidas para rebater o noticiário — expostas ontem por

Lula em sabatina do Jornal Nacional — precisam ser reverberadas também por outros integrantes da gestão.

A ideia é ressaltar que o governo não vai compactuar com irregularidades, que a Polícia Federal é isenta para investigar e que é preciso assegurar a presunção de inocência dos envolvidos.

Aliados do presidente entendem que, como a Polícia Federal está vinculada ao Ministério da Justiça, a pasta teria a prerrogativa de criticar de maneira mais enfática os vazamentos de informações sobre as investigações contra Lulinha.

Entre alguns aliados de Lula, há quem reclame também de líderes do PT, com

base na ideia de que caberia ao partido vir a público para exaltar mensagens como a presunção de inocência e isenção com que o governo trata o trabalho da PF.

A questão, resumiu um interlocutor de Lula ao blog, é que há forte constrangimento em todo o campo governista em falar de maneira mais enfática sobre o assunto.

Ninguém quer que as declarações sejam entendidas como uma defesa pública de Lulinha ou ainda do ex-chefe de gabinete de Lula, Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola. Ainda mais em ano de eleição.

CNN

Sem citar Lulinha, Andrei diz que PF atua sem proteger ou perseguir e prega atuação técnica

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirmou nesta sexta-feira (28) que a corporação atua com autonomia e sem proteger ou perseguir e defendeu uma atuação técnica e livre de qualquer viés político.

A declaração ocorre em meio a questionamentos sobre a atuação da PF em investigações que alcançam Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. Nesta quinta-feira (30), o presidente Lula (PT) disse em entrevista ao Jornal Nacional que a PF "está vazando coisas para a imprensa" a respeito do caso.

Andrei não citou a declaração nem as investigações sobre tráfico de influência que miram o filho do presidente. A fala do diretor da PF foi feita nesta sexta-feira (28) durante cerimônia de formação de novos policiais federais em Brasília.

"Hoje temos uma polícia que atua com autonomia, guiada pela Constituição Federal e pelas leis, pela responsabilidade institucional e compromisso com a Justiça e a sociedade brasileira",

afirmou Andrei no discurso.

"Tenho total tranquilidade em afirmar, sem rodeios, que nesta gestão trabalhamos com transparência e foco na missão institucional, sem proteger ou perseguir, com atuação vigorosa e intransigente no combate ao crime organizado", acrescentou.

Ele voltou a destacar a atuação da PF durante sua gestão. Segundo Andrei, a imparcialidade é fundamental também para proteger a instituição de ataques, independentemente de sua origem.

Na sequência, o diretor-geral reforçou a necessidade de preservar o caráter técnico das ações da corporação.

"Nunca se esqueçam que a atuação técnica, imparcial, livre de qualquer viés político, é o que nos permite defender nossa instituição de qualquer ataque, não importa de onde venha", disse.

Andrei Rodrigues acrescentou que a Polícia Federal se consolidou como uma instituição de Estado, moderna e reconhecida internacionalmente.

Folhapress

Dino diz que 'ultraprotagonismo' do Judiciário não é desejável, mas que STF não pode sair correndo



O ministro Flávio Dino, do STF, afirmou nesta sexta-feira (28) em Salvador que o cenário de "ultraprotagonismo" do Judiciário não é desejável, mas defendeu que a corte não recue diante de pressões ou deixe de proteger direitos fundamentais.

"É verdade que nós temos um ultraprotagonismo do Judiciário. E é verdade que isso não é desejável", afirmou Dino em uma palestra para estudantes da UFBA (Universidade Federal da Bahia).

Ele afirmou que o desafio é redesenhar o espaço ocupado pelo Judiciário no cenário político brasileiro, mas sem sacrifícios à essência do Estado Democrático de Direito.

"O Supremo não deve ficar no centro da praça [dos Três Poderes], mas também não pode sair correndo da praça, como se tivesse em fuga, acossado, com medo de quem se sente contrariado por decisões. Se o Supremo sai correndo, não fica nada hoje lá para poder garantir o cumprimento da Constituição", afirmou.

O ministro argumentou que parte da atuação do Judiciário ocorre para enfrentar problemas estruturais que não foram solucionados por outros Poderes. E citou decisões do STF relacionadas ao direito das famílias, saúde indígena, sistema penitenciário, letalidade policial e proteção ambiental.

Na sequência, destacou que a Justiça pode determinar metas, estabelecer pra-

zos, acompanhar a execução de medidas e cobrar dos demais Poderes a execução de políticas públicas por meio dos processos estruturais.

Relator da ADPF 854, ação que trata da expansão das chamadas emendas de relator, Dino afirmou que os processos estão "quase prontos para julgar" e defendeu a necessidade de um amplo debate sobre as emendas.

Na palestra, Dino questionou se as emendas podem dificultar a renovação política do Congresso ao concentrar recursos públicos nas mãos de parlamentares que já ocupam cargos. Destacou ainda que essa questão poderá ser examinada a partir de dados empíricos depois das eleições.

Folhapress



AGRONEGÓCIO

Preço da carne faz Trump adotar medidas contra frigoríficos do Brasil



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou nesta sexta-feira (28) que determinou a preparação de medidas legais para ampliar o direito de produtores rurais e pecuaristas americanos processarem a própria produção de alimentos.

Em publicação nas redes sociais, Trump voltou a atacar a concentração da indústria de processamento de carnes nos Estados Unidos e afirmou que os produtores enfrentam há anos dificuldades na relação com as quatro maiores empresas do setor.

"Pecuaristas e agricultores sempre foram prioridade número um para mim. Eles trabalham muito, são inteligentes, eficientes e extremamente cuidadosos com a limpeza, mas há anos ouço que enfrentam um enorme problema com as grandes processadoras,

que muitos dizem formar um monopólio perverso", afirmou Trump.

O presidente americano destacou que são especialmente quatro grandes companhias dominando o setor e classificou esse número como insuficiente para garantir competição.

"Há, essencialmente, quatro delas, um número muito pouco competitivo, e elas tornam a vida dos nossos maravilhosos agricultores e pecuaristas miserável. E eu não posso permitir que isso aconteça, posso?", escreveu.

Trump afirmou ainda que parte relevante do controle dessas companhias está fora dos Estados Unidos. Entre as chamadas "Big Four" do processamento de carne bovina no país estão Tyson Foods, Cargill, JBS USA e National Beef. As duas últimas têm controle brasileiro: a JBS USA pertence à JBS, enquanto a

National Beef é controlada pela MBRF.

As quatro empresas respondem, juntas, por cerca de 85% do processamento de carne bovina nos Estados Unidos.

"Para quebrar esse poderoso monopólio, cuja propriedade em grande parte está sediada fora dos Estados Unidos, estou autorizando a elaboração de documentos legais para permitir que agricultores e pecuaristas tenham o direito de PROCESSAR SEUS PRÓPRIOS ALIMENTOS", afirmou Trump, usando letras maiúsculas no trecho da publicação.

A MBRF informou que não vai comentar o caso neste momento. A CNN Brasil também procurou a JBS em busca de um posicionamento, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria. O espaço permanece aberto para manifestação da empresa. CNN

Maior produtor do país, São Paulo tem queda na produção de amendoim

São Paulo é o maior produtor nacional de amendoim, com 80% de todo o volume brasileiro. Porém a retração dos preços, nos mercados interno e externo, influenciou a decisão do produtor. Com isso, a área plantada na safra 2025/26 caiu 8,7%. O dado está no terceiro levantamento do IEA (Instituto de Economia Agrícola) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

Como a produtividade média cresceu 6,4%, a produção do estado recuou em percentual menor: 2,8% na comparação com a safra anterior, o que gerou um total de 610 mil toneladas.

Já a primeira safra de milho no estado, do ciclo 2025/26, registrou crescimento de 41%. A produção de 2,06 milhões de toneladas reflete o aumento de 26,5% da área plantada (277,8 mil hectares) e de 11,5% na produtividade segundo o Instituto.

A região de Itapeva

concentra 26% do volume. Seguida por São João da Boa Vista (11,5%), Itapetininga (7,7%) e Avaré (7,5%). Juntas respondem por 52,7% da produção estadual.

Para o milho 2ª safra, ou safrinha, o levantamento do IEA aponta para uma redução de 10,6% na área, de 420,8 mil hectares, em 2024/25, para 376,2 mil hectares neste ano-safra. Em termos de produtividade, o instituto aponta para alta de 9,9%.

A safra de inverno é destaque na região de Assis, responsável por 32,2% da produção. Seguida por Itapeva (20,2%), Ourinhos (18,7%) e Presidente Prudente (4,9%).

Já para a soja, o terceiro levantamento aponta estabilidade na produção, com 4,12 milhões de toneladas colhidas. O aumento da produtividade (5,4% maior com produção média de 3.603 quilos por hectare) compensou o recuo de 5,1% da área plantada. CNN



Exportação de café do Brasil em agosto salta 1,23 milhão de sacas



O Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) revisou para cima seus dados preliminares sobre as exportações de agosto em 1,23 milhão de sacas de 60 kg, após constatar uma falha técnica que vinha reduzindo os números nos últimos dias, informou um representante da entidade à Reuters nesta sexta-feira.

Uma atualização automática nos sistemas do Cecafé para processar certificados de exportação -- um serviço que oferece ao mercado uma visão gradual do andamento dos embarques -- fez com que alguns dados fossem ignorados.

"Percebi que os números estavam atipicamente baixos para esta época do ano e solicitei a suspensão da divulgação dos dados até que realizássemos uma verificação completa", disse o diretor técnico do Cecafé, Eduardo Heron, à Reuters.

As verificações constataram que vários certificados de exportação do principal porto de exportação de café, em Santos, não estavam sendo contabilizados.

Como resultado das verificações e da correção dos sistemas, o volume preliminar de exportações de café, que era de 1,71 milhão de sacas em 24 de agosto, saltou para 2,94 milhões

de sacas em 26 de agosto, informou o Cecafé.

Os futuros do café arábica na ICE caíram quase 4% no dia em que a revisão foi publicada no site do Cecafé.

"Acho que houve algum impacto nesta semana (devido à revisão)", disse um corretor de café sediado nos EUA.

Os preços do café arábica se recuperaram parcialmente na sexta-feira, registrando alta de 1%.

O Brasil é o maior exportador mundial e agosto é um mês crucial para os embarques, já que a colheita se aproxima do fim e os produtores vendem os grãos para o exterior. CNN

BMP Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ nº 34.337.707/0001-00

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativas período findo em 30 de junho de 2026 da **BMP Sociedade De Crédito Direto S.A.**, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes

Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)									
Ativo	Notas	30/06/26	31/12/25		Passivo	Notas	30/06/26	31/12/25	
Circulante		436.114	496.435		Circulante		240.857	331.533	
Disponibilidades	4	205.020	244.456		Outras obrigações		240.857	331.533	
Caixa e Equivalentes de Caixa		188.020	180.652		Conta de Pagamento Pré –paga	10	18.685	41.340	
Reservas Livres		—	22.464		Fiscais e previdenciárias	7a	23.095	43.078	
Reservas Terceiros		—	41.340		Diversas	7b	199.077	247.115	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		17.000	—		Patrimônio líquido	9	196.427	165.940	
Relações Interfinanceiras	4	8.808	—		Capital		7.000	7.000	
Depósitos no Banco Central do Brasil		8.808	—		De domiciliados no País		7.000	7.000	
Operações de crédito		92.760	116.607		Aumento de Capital		—	—	
Sector privado	5a	97.390	120.043		Reservas de Lucros		189.427	158.940	
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	5b	(4.630)	(3.436)		Reserva Legal		1.400	1.400	
Outros créditos	6	129.526	135.372		Reserva de Lucros		188.027	157.540	
Diversos		129.526	135.372						
Não Circulante		1.170	1.038						
Permanente		1.170	1.038						
Imobilizado de uso		1.170	1.038						
Outras imobilizações de uso		1.170	1.038						
(Depreciações acumuladas)		—	—						
Total do ativo		437.284	497.473		Total do passivo e patrimônio líquido		437.284	497.473	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2026 (Valores em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A **BMP Sociedade de Crédito Direto S.A.**, (“Instituição”) obteve autorização para funcionamento pelo Banco Central do Brasil em 10 de junho de 2019, tendo iniciado as operações em outubro de 2019. A Instituição tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros originário de capital próprio ou repasses e empréstimos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, nos termos da Resolução CMN 5.050/2022 e alterações posteriores. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores. Foram também observados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN. As demonstrações financeiras, quando aplicável, incluem estimativas e premissas, como a mensuração e constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para riscos e obrigações, estimativas da vida útil de determinados ativos e avaliação de perdas por redução ao valor recuperável – *impairment* – de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade, e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando aplicável a mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Instituição em 27 de agosto de 2026, tendo sido considerados, até essa data, os eventos subsequentes que requersem ajuste ou divulgação nas demonstrações financeiras. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). São considerados caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa, com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. **b) Instrumentos Financeiros: I. Classificação dos instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócios adotado pela Instituição para sua gestão e nas características dos respectivos fluxos de caixa contratuais, avaliadas por meio do teste de Somente Pagamentos de Principal e Juros (“SPPJ”). Os modelos de negócios consideram se o objetivo da Instituição é: (i) Manter os ativos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais; (ii) Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos; ou (iii) Outros modelos de negócios. A partir dessa avaliação, os ativos financeiros são classificados nas categorias custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes ou valor justo no resultado, conforme aplicável. **II. Mensuração dos instrumentos financeiros:** A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber: **Custo Amortizado:** os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pelos custos de transação e demais valores diretamente atribuíveis, conforme aplicável. Subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado, observada a metodologia da taxa de juros efetiva e, no caso dos ativos financeiros sujeitos a risco de crédito, deduzidos da respectiva provisão para perdas esperadas. **Ao valor justo em outros resultados abrangentes – VJORA:** Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes quando mantido em modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo e seus fluxos contratuais atendem ao teste SPJJ. **Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial:** são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem. **III. Hierarquia de valor justo:** Os instrumentos financeiros da Instituição serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir: **Instrumentos Financeiros – Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. **Instrumentos Financeiros – Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2. **Instrumentos Financeiros – Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3. **IV. Reclassificação dos ativos financeiros:** Os ativos financeiros são reclassificados somente quando ocorre alteração no modelo de negócios utilizado para sua gestão, sendo a reclassificação efetuada de forma prospectiva, conforme regulamentação aplicável. **V. Baixa dos instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada. **c) Método de Taxa Efetiva de Juros:** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo: i. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/2023, a Instituição optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito. ii. A Instituição, conforme estabeleceu a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJE0 e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações

e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado. **d) Suspensão dos Juros (stop accrual) :** A Instituição cessa o reconhecimento, no resultado do período, das receitas ainda não recebidas relativas a instrumentos financeiros caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 352/2023. O ativo financeiro é caracterizado como problemático quando apresenta atraso superior a 90 (noventa) dias, ou quando existem evidências de que a obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, ainda que o prazo de atraso seja inferior a 90 dias. **e) Provisão para Perdas: I. Visão Geral:** A Instituição, observando seu enquadramento regulatório, utiliza a metodologia simplificada para apuração e constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para: **II. Operações de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas:** As operações de crédito são classificadas em sua respectiva carteira de crédito e registradas pelo valor principal contratado, acrescido de encargos e atualizações pactuadas, reconhecidos pelo regime de competência. As carteiras de crédito são avaliadas quanto ao seu risco, observando-se os percentuais mínimos de provisão definidos pela regulamentação vigente, aplicados sobre o valor contábil bruto das operações em aberto, conforme o número de dias de atraso. As perdas são reconhecidas no resultado como despesa de provisão para perdas esperadas e registradas em contrapartida a conta redutora do ativo. Recuperações de créditos baixados são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem. **III. Aumento significativo no risco de crédito:** A Instituição considera na classificação de perdas esperadas a existência de sinais de aumento no risco de crédito ou de evidência objetiva de dificuldade de recuperação. Entre os principais indicadores estão: i. Histórico de adimplência do tomador; ii. Atraso relevante no cumprimento das obrigações contratuais; iii. Índices de renegociação ou reestruturação motivados por incapacidade financeira do devedor; iv. Situações formais que evidenciem dificuldades de pagamento, como o ingresso em processo de recuperação judicial. Havendo indícios de aumento da perda ou de baixa capacidade de recuperação, a operação é objeto de majoração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e nos casos em que não há expectativa significativa de recuperação, o contrato é baixado para prejuízo. **IV. Cálculo da perda esperada:** O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo. Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos externos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis *forward looking* funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito. **f) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A Instituição é tributada pelo regime do lucro real. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder o limite previsto na legislação. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% até 31 de março de 2026 e, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 224/2025, à alíquota de 12% a partir de 1º de abril de 2026. Os ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, são reconhecidos e mensurados de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e alterações posteriores e legislação tributária vigente. **g) Provisões para riscos, obrigações legais, passivos e ativos contingentes:** As provisões para riscos e obrigações legais são avaliadas, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como “Remota”, “Possível” ou “Provável”, com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, e da Administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. Essa avaliação incorpora alto grau de julgamento e subjetividade e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou às alterações. Ativos e passivos contingentes: são reconhecidos somente quando considerados “praticamente certos”, que normalmente ocorre quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Provisões para riscos: são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente confiabilidade e segurança. Os passivos contingentes avaliados como “Perdas possíveis” são apenas divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança são avaliados como “Perdas remotas” e não são provisionados nem divulgados. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **h) Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e confiabilidade. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. É acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo. **i) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observados os critérios específicos aplicáveis aos instrumentos financeiros descritos nas práticas contábeis acima. **j) Lucro por ação:** É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço. **k) Partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas são realizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020, observando condições compatíveis com as praticadas no mercado, bem como os requisitos de divulgação estabelecidos pelo CPC 05 (R1). **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

Descrição	30/06/26	31/12/25
Disponibilidades	188.020	244.456
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.000	—
Relações interfinanceiras	8.808	—
Total	213.828	244.456

Demonstrações do resultado para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ações)

	Notas	2026	2025
		1º Semestre	1º Semestre
Receitas da Intermediação Financeira		14.946	18.293
Operações de crédito		5.520	3.905
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		9.426	14.388
Despesas da Intermediação Financeira		(1.243)	(828)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.243)	(828)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		13.703	17.465
Outras Receitas/Despesas Operacionais		37.989	(23.882)
Receitas de prestação de serviços		18.649	9.820
Despesas de Honorários	11	(136)	(105)
Despesas com Pessoal	11	(15.102)	(9.416)
Outras despesas administrativas	12	(135.284)	(34.580)
Despesas tributárias	14	(9.188)	(10.903)
Outras receitas operacionais	15	189.104	256.466
Outras despesas operacionais	13	(10.054)	(235.164)
Resultado Operacional		51.692	(6.417)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		51.692	(6.417)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(21.206)	—
Provisão para imposto de renda		(12.562)	—
Provisão para contribuição social		(6.827)	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.817)	—
Lucro Líquido do Período		30.486	(6.417)
Juros s/capital próprio		—	—
Número de Ações		7.000.000	7.000.000
Lucro Líquido por ações – em R\$		4,36	(0,92)

Demonstração do Resultado Abrangente dos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/26	30/06/25
Lucro líquido do período	30.486	(6.417)
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	—	—
Ajuste de Avaliação Patrimonial	—	—
Resultado abrangente para o exercício, líquido de tributos	30.486	(6.417)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		7.000	1.400	154.448	—
Saldos em 01 de janeiro de 2025	9a	7.000	1.400	154.448	162.848
Lucro líquido do semestre	—	—	—	(6.417)	(6.417)
Destinações:					
Transferência para reserva estatutária	9b	—	—	(6.417)	6.417
Distribuição de Lucros	—	—	(6.429)	—	(6.429)
Reserva legal	—	—	—	—	—
Saldos em 30 de junho de 2025		7.000	1.400	141.602	150.002
Mutação do período		—	(12.846)	—	(12.846)
Saldos em 30 de junho de 2026		7.000	1.400	141.602	150.002
Lucro líquido do semestre	—	—	—	70.589	70.589
Ajuste Valor Patrimonial	—	—	—	—	—
Destinações:					
Transferência para reserva estatutária	9b	—	—	70.589	(70.589)
Aumento de Capital	—	—	—	—	—
Distribuição de Lucros	—	—	(54.651)	—	(54.651)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		7.000	1.400	157.540	165.940
Mutação do período		—	15.938	—	15.938
Saldos em 01 de janeiro de 2026		7.000	1.400	157.540	165.940
Lucro líquido do semestre	—	—	—	30.486	30.486
Destinações:					
Transferência para reserva estatutária	9b	—	—	30.486	(30.486)
Saldos em 30 de junho de 2026	9a	7.000	1.400	188.027	196.427
Mutação do período		—	—	30.486	30.486

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto dos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/26	30/06/25
Lucro líquido do semestre/exercício ajustado	31.729	(5.589)
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	51.692	(6.417)
Imposto de renda e contribuição social	(21.206)	—
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	1.243	828
Variação de ativos e obrigações	(62.225)	(137.865)
Redução(Aumento) operações de crédito	22.605	(48.466)
Redução(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	5.846	(46.277)
Aumento (Redução em Conta de Pagamento Pré –paga	(22.655)	—
Aumento (Redução em Obrigações fiscais e previdenciárias	(19.983)	—
Aumento(Redução) em outras obrigações	(48.038)	(43.122)
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades operacionais	(30.496)	(143.454)
Aquisição de imobilizado de uso	(132)	—
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(132)	—
Dividendos pagos	—	(6.429)
Caixa líquido aplicado nas/(proveniente das) atividades de financiamento	—	(6.429)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(30.628)	(149.883)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre/exercícios	244.456	189.570
No fim do semestre/exercícios	213.828	39.687
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(30.628)	(149.883)

5. Operações de Crédito: a) Resumo da Carteira de Crédito:

Composição Carteira	30/06/26	31/12/25
Crédito Pessoal	38.890	—
Crédito Pessoal – Consignado	37.398	—
Capital de Giro	4.062	—
Financiamentos	9.243	—
Crédito Direto ao Consumidor	4.089	—
Nota Comercial	3.708	—
Total	97.390	—

b) Provisão associada a risco de Crédito:

Provisão de Perdas	30/06/26	31/12/25
Empréstimos	(4.061)	—
Perdas Incorridas	(1.803)	—
Provisão Adicional	(91)	—
Perdas Esperadas	(2.167)	—
Financiamentos	(499)	—
Perdas Incorridas	(106)	—
Provisão Adicional	(6)	—
Perdas Esperadas	(387)	—
Nota Comercial	(70)	—
Perdas Esperadas	(70)	—
Total da Provisão	(4.630)	—

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas e incorridas:

Movimentação	2026	31/12/25
Saldo Inicial	3.436	—
Constituição Líquida	2.437	—
Baixas (créditos irrecuperáveis)	(1.243)	—
Total	4.630	—

6. Outros créditos: A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

Descrição	30/06/26	31/12/25
Impostos e Contribuições a Compensar	30.702	30.881
Cessões de Créditos a Processar	47.845	58.519
Adiantamentos a Fornecedores	49.341	19.431
Crédito Tributário Diferido	971	1.679
Diversos	667	24.862
Total	129.526	135.372

7. Outras obrigações: A composição de outras obrigações está assim demonstrada: a) Fiscais e Previdenciárias:

Descrição	30/06/26	31/12/25
Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social	19.389	34.101
Pis/Cofins a Recolher	882	3.154
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	2.824	5.823
Total	23.095	43.078

b) Diversas:

Descrição	30/06/26	31/12/25
Comissões a Pagar	76.801	59.209
Operações de Crédito a Liquidar	119.595	186.338
Provisão Pagamentos a Efetuar	<u>2.681</u>	<u>1.568</u>
Total	199.077	247.115

PUBLICIDADE LEGAL

</

Deutsche Leasing | Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A.

CNPJ/MF nº 23.511.655/0001-20

Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), que inclui as normas e instruções expedidas pelo Conselho

Monetário Nacional (CMN) e pelo BACEN e são consubstanciadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ação, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco continuou a apresentar desenvolvimento sólido em seu modelo de negócios, com a manutenção da sua carteira A carteira de crédito e arrendamento mercantil apresentou o montante

de R\$ 649 milhões com 964 contratos ativos. Principais indicadores para a data-base 30 de junho de 2026 (em reais mil):

Descrição	30 de junho de 2026
Ativos totais	683.295
Carteira de crédito e arrendamento mercantil	648.750
Resultado do Semestre	(3.453)
Patrimônio Líquido	90.122
Índice de Basiléia II	15,08%

Remuneração de acionistas: Consoante estatuto social, ao final de cada exercício social, caso sejam apurados lucros, o Banco deverá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.
A Diretoria

Balanco Patrimonial			
Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa		6.189	40.480
Disponibilidades	4	6.189	20.480
Aplicações Financeiras	4	–	20.000
Ativos financeiros ao custo amortizado		612.580	722.800
Operações de arrendamento mercantil	6	104.761	139.103
Operações de crédito	6	543.989	629.841
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(36.170)	(46.144)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5	641	2.258
Instrumentos financeiros derivativos		641	2.258
Ativos fiscais correntes e diferidos	16a	51.457	53.384
Ativos tributários correntes		3.341	2.371
Ativos fiscais diferidos		48.116	51.013
Outros ativos	8	9.447	3.095
Outros valores e bens	9	2.058	1.742
Imobilizado de uso	10	923	81
Total do ativo		683.295	823.839

Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos	11	173.111	211.106
Obrigações por empréstimos	12	370.886	467.487
Dívida Subordinada	12	34.597	36.206
Outros passivos financeiros	13	4.505	1.787
Passivos fiscais correntes e diferidos	16b	7.074	10.324
Passivos tributários correntes		1.503	956
Obrigações fiscais diferidas		5.571	9.368
Outros passivos	14	3.001	3.354
Patrimônio líquido	15	90.122	93.575
Capital social		87.563	87.563
Reservas de lucros		19.391	19.391
Prejuízo acumulado		(16.832)	(13.379)
Total do passivo e Patrimônio líquido		683.295	823.839

Demonstração do Resultado			
Receitas da intermediação financeira	Nota	2026	2025
		1º Semestre	1º Semestre
		25.867	44.774
Resultado de crédito e arrendamento mercantil	18a	27.093	45.691
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		332	96
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	18c	(1.558)	(1.013)
Despesas de intermediação financeira		(18.665)	(48.503)
Resultado de Captação	18b	(14.042)	(33.493)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7	9.974	(15.010)
Resultado de intermediação de venda	7	(14.597)	–
Resultado bruto da intermediação financeira		7.202	(3.729)
Outras receitas (despesas) operacionais		(10.685)	(8.139)
Receita de prestação de serviços	18d	4.798	6.312
Despesa com pessoal	18e	(7.065)	(6.666)
Outras despesas administrativas	18f	(7.660)	(7.255)
Despesas tributárias	18g	(1.501)	(1.420)
Outras despesas operacionais	18i	(2.396)	(1.044)
Outras receitas operacionais	18h	2.901	2.836
Despesas com outras provisões		238	(902)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(3.483)	(11.868)
Tributos sobre o lucro		30	5.164
Imposto de renda e contribuição social correntes	16d	(869)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16c	899	5.164
Prejuízo Líquido do semestre/exercício		(3.453)	(6.704)
Número de ações	15	87.563.586	87.563.586
Prejuízo por ação		(0,039434)	(0,076562)

Demonstração do Resultado Abrangente		
	2026	2025
Prejuízo Líquido do semestre	(3.453)	(6.704)
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado	–	–
Resultado abrangente	(3.453)	(6.704)

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto			
		2026	2025
	Nota	1º Semestre	1º Semestre
Atividades operacionais			
Prejuízo do semestre		(3.453)	(6.704)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	(9.974)	15.010
Depreciação		77	17
Marcação à mercado de derivativos e hedge accounting		23	950
Perdas em outros valores e bens		380	902
	16 c e 16d		
Ativo fiscal corrente e diferido		(30)	(5.164)
Prejuízo ajustado		(12.978)	5.011
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		112.609	22.005
Operações de crédito e arrendamento mercantil		121.161	25.949
Outros ativos		(7.669)	(6.361)
Outros valores e bens		(58)	(3.148)
Ativos fiscais correntes		(824)	5.565
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		(133.922)	12.583
Depósitos		(37.995)	(4.130)
Obrigações por empréstimos		(96.389)	20.783
Dívida subordinada		(1.610)	733
Outros passivos financeiros		2.703	2.302
Outros passivos		(355)	28
Passivos tributários correntes		547	(5.039)
Impostos Pagos		(824)	(2.093)
Caixa líquido gerado e (utilizado) nas atividades operacionais		(34.291)	39.599
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(34.291)	39.599
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre	4	40.480	6.316
No fim do semestre	4	6.189	45.915
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(34.291)	39.599

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1 Contexto operacional
O Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 06 de outubro de 2015 como uma Sociedade de Arrendamento Mercantil. Com o objetivo de ampliar o leque de produtos oferecidos a clientes e parceiros, o Banco solicitou autorização para operar como banco múltiplo (carteiras de investimento e arrendamento mercantil), a qual foi concedida em 07 de maio de 2020.

2 Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN que incluem as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") e BACEN e são consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – SFN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade, onde foi avaliada a capacidade operacional no futuro previsível por meio de plano de negócios, orçamentos, fluxos de caixa, entre outros aspectos. Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos já homologados pelo BACEN, excetuando o CPC 41- Resultado por ação, o qual não foi adotado pelo Banco por não ser companhia aberta. As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, foram aprovadas para divulgação em 27 de agosto de 2026. **2.1 Reclassificação de saldos:** O Banco, na preparação de suas demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, revisou a classificação de determinados saldos do balanço patrimonial, de forma a melhor refletir suas naturezas e características econômicas. Para fins de comparabilidade, o Banco optou por reapresentar os saldos comparativos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A reapresentação refere-se à reclassificação dos saldos de dívida subordinada, anteriormente apresentados na rubrica "Obrigações por empréstimos", para rubrica específica de "Dívida subordinada" no balanço patrimonial. Tal reclassificação não produziu impactos no resultado do período, no patrimônio líquido, nos fluxos de caixa ou nos indicadores financeiros do Banco, alterando apenas a apresentação das demonstrações contábeis. Assim, as seguintes reclassificações foram efetuadas, para fins de comparabilidade, nos saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Rubrica/Conta	Saldo		Saldo
	Anteriormente Apresentado	Reclassificado	
	31/12/2025	Reclassificação	31/12/2025
Balanco Patrimonial			
Obrigações por empréstimos	503.693	(36.206)	467.487
Dívida Subordinada	–	36.206	36.206

2.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas existentes: Resolução CMN nº 4.966/21 – Instrumentos financeiros e derivativos: Estabelece novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, ativos e passivos, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo efetiva a partir de 1º de janeiro de 2027. A Administração concluiu que a norma é aplicável ao Banco e iniciou a avaliação dos impactos sobre a gestão de liquidez, a composição dos ativos líquidos, o perfil de captação e os respectivos processos e controles. Os impactos serão concluídos até o início da vigência normativa. **Resolução CMN nº 5.252 – Ativos e passivos de sustentabilidade:** Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na mensuração, no reconhecimento, na baixa e na evidência contábeis de ativos e de passivos de sustentabilidade. Aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em 25 de setembro de 2025, uniformiza o tratamento contábil de ativos e passivos de sustentabilidade (como créditos de carbono) para instituições financeiras. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Administração está avaliando a aplicação e os impactos para o Banco e serão concluídos até o início da vigência normativa. **Lei Complementar nº 214/2025:** Regulamenta pontos centrais da Reforma Tributária brasileira. Sancionada em 16 de janeiro de 2025, ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), além de criar o Comitê Gestor do IBS. O Banco acompanha atentamente a regulamentação da LC 214/2025, cujos efeitos quantitativos e qualitativos encontram-se sob análise, onde serão aplicados a partir de 1º de janeiro de 2027.

3 Resumo das principais práticas contábeis
As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, de acordo com as condições previstas em contrato, observando-se o critério pro-rata dia para aquelas de natureza financeira e incluindo efeitos de variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos indexados. Não são apropriadas as receitas de arrendamento e de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 90 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. As referidas receitas serão reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. **b) Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata die" e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização. **c) Apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela Resolução CMN 4.818/20. **d) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros:** É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período em que forem observadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações que no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **f) Ativos Financeiros:** A partir da implementação da Resolução CMN 4.966/21, os ativos financeiros devem ser classificados conforme o modelo de negócios e as características de seus fluxos contratuais. Dessa forma são classificados entre as categorias: • custo amortizado; • valor justo no resultado; e • valor justo em outros resultados abrangentes. Esta classificação é definida com base nos modelos de negócio estabelecidos pelo Banco e nos resultados dos testes de SPPJ. Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. f.1) Ativos financeiros mensurados a custo amortizado ("CA"): De acordo com o modelo de negócios da instituição, os ativos financeiros são classificados na categoria custo amortizado (CA), considerando: • O objetivo do modelo de negócios é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; • Os fluxos de caixa futuros contratuais previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas; • Os ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objetivo de rentabilidade sobre o patrimônio líquido, dentro dos limites específicos de risco estabelecidos e aprovados pela diretoria do Banco; • As receitas são reconhecidas no resultado utilizando-se o método de juros efetivos, quando aplicadas; • Não são reconhecidas receitas de ativos classificados como problemáticos antes de seu efetivo recebimento. f.2) Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros são classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado detendo-os para receber fluxos de caixa contratuais e vendendo. A venda não é incidental e sim parte integrante do modelo de negócios. f.3) Valor Justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado quando estão em um modelo de negócio cujo objetivo não é coletar fluxos de caixas contratuais nem a venda. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados. f.4) Passivos financeiros: O Banco deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo: • Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; • Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; • Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa; • Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica; **g) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito:** O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Simplificada, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21. Os critérios de aplicação da metodologia simplificada são definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, que estabelece o enquadramento dos ativos financeiros em carteiras. As operações de crédito e de arrendamento

mercantil do Banco são classificadas na carteira C2, nos termos da referida regulamentação. **h) Determinação da hierarquia do valor justo:** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. Os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. De acordo com a Resolução 4.924/21, o Banco classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia que reflete a significância dos insumos usados no processo de mensuração: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos quais entidades pode ter acesso na data de mensuração. • Nível 2: Preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado. • Nível 3: Técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo input, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **i) Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para "hedge" (proteção) e seguem as orientações da Circular nº 3.082/02 do BACEN. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais. Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção ("hedge") e são classificados de acordo com a sua natureza, sendo que a contabilização de hedge accounting, conforme novas disposições regulatórias, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027 sendo classificados de acordo com sua natureza em: Hedge de Risco de Mercado – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de "hedge", têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período. Hedge de Fluxo de Caixa – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de "hedge", têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do "hedge" registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributário, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período. **j) Imobilizado de uso:** O Banco reconhece os novos imobilizados pelo valor de custo, que compreendem o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período durante o qual o Banco espera utilizar o ativo. **k) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20%. A Resolução nº

Instrumentos Financeiros Derivativos			
a. Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos			
Indexador	Instrumento	Valor de Referência	30/06/2026
			Diferencial a receber/Valor curva Posição Líquida
Euro x Pré	SWAP	6.457	631

b. Hedge de Risco de Mercado: Conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN as operações classificadas como "Hedge" são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como "Hedge" de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado. O "Hedge" é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado do objeto de "Hedge" num intervalo entre 80% e 125% de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN. A efetividade das estruturas dos "Hedges" é medida mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN, apresentando um índice de 88,97% em 30/06/2026 (85,67% em 31/12/2025). O Banco, para proteger parte das captações classificadas na rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses",

4.842 de 30 de julho de 2020, do CMN, determina que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: • Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. • Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. • O Banco constitui crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre os prejuízos fiscais originados pela diferença temporária relativa ao saldo de superveniência de depreciação apresentado no final do período. • O Banco, quando aplicável, constitui crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias, assim como os impostos diferidos sobre a exclusão do ajuste entre depreciação fiscal e contábil. **I) Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a valorização de instrumentos financeiros e a realização dos créditos tributários constituídos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras. **m) Arrendamento de direito de uso – CPC 06:** O Banco reconhece ativos e passivos decorrentes de contratos de arrendamento. Os pagamentos de arrendamento são descontados a valor presente utilizando taxa de financiamento compatível com o prazo e o risco das operações. **n) Resultado e não recorrente:** O Banco classifica seus resultados como recorrentes ou não recorrentes através de políticas internas que determinam que são resultados recorrentes aqueles que estejam de acordo com o objeto social determinado em seu Estatuto Social que é "a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas de crédito, investimento e arrendamento mercantil, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas às sociedades da espécie, de acordo com as disposições legais regulamentares". Para que um resultado seja considerado não recorrente ele precisa adicionalmente não ter previsibilidade de ocorrência nos próximos 3 exercícios seguintes. Considerando a política estabelecida, a Administração considera que em a totalidade do resultado do período de 2026 são oriundos de resultados recorrentes com exceção do resultado de intermediação de venda divulgado na nota 7, no valor de R\$ 14.597.

Caixa e Equivalentes de Caixa		
	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades		
Bancos conta movimento nacional	6.189	20.480
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	–	20.000
Total Circulante	6.189	40.480

(a) Aplicação financeira com rendimento atrelado a Taxa DI.

Instrumentos Financeiros Derivativos			
Indexador	Instrumento	Valor de Referência	30/06/2026
			Diferencial a receber/Valor de Mercado Posição Líquida
Euro x Pré	SWAP	6.457	631

contratou instrumento derivativo (SWAP – Cross Currency Swap) destinado à cobertura de hedge de risco de mercado, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Item objeto de hedge		
Valor atualizado pelas condições contratuais	7.079	12.310
Valor de mercado	7.100	12.120
Valor do ajuste a mercado – Obrigações por empréstimos	23	(190)
Instrumentos de hedge		
Valor de mercado	641	2.258
Total Circulante	10	38
Total Não Circulante	631	2.220

continua ...

... continuação

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A.

6 Carteira de crédito e arrendamento mercantil

a) Operações de crédito e arrendamento mercantil: i) Carteira por modalidade e prazo

Modalidade	Parcelas a Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcela a Vencer entre 3 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	TJEO	30/06/2026	31/12/2025
Arrendamento Mercantil (nota 6b)	3.586	14.645	40.039	46.491	–	104.761	139.103
Operações de Crédito – CCB	17.474	45.239	125.732	298.995	(5.736)	481.704	575.982
Operações de Crédito – FINAME	2.072	4.953	14.860	40.319	81	62.285	53.859
Total	23.132	64.837	180.631	385.805	(5.655)	648.750	768.944

Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Sector Privado	30/06/2026	31/12/2025
Indústria	407.675	464.470
Comércio	1.909	13.843
Serviços	239.166	290.631
Total	648.750	768.944

Concentração de Crédito

	Valor	30/06/2026	Valor	31/12/2025
10 Maiores Devedores	66.347	10%	77.433	10%
20 Maiores Seguintes	77.117	12%	90.068	12%
Demais Devedores	505.286	78%	601.443	78%
Total	648.750	100%	768.944	100%

ii) Composição da Carteira por moeda e indexador

	Valor	30/06/2026	Valor	31/12/2025
Contratos em reais prefixados	391.866	60%	478.717	62%

O Banco considera em situação normal uma operação renegociada para a qual ocorreram pelo menos os pagamentos em dia das três primeiras parcelas do acordo inicial. Em 2026, o banco teve R\$ 12.475 (R\$1.551 no 1º semestre de 2025) em renegociações na quais apenas R\$ 55 ainda se encontra em aberto, não há saldos pendentes de anos anteriores. Além disso, o Banco não possui operações reestruturadas.

b) Operações de arrendamento mercantil: O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não pagas. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são registrados em diversas contas patrimoniais e apresentadas na linha “Operações de arrendamento mercantil” conforme requerimento da Resolução BCB nº 2/2020. A seguir apresentamos o analítico das contas:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Arrendamento Financeiro	104.761	139.103
Arrendamentos a Receber	98.134	130.172
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(95.092)	(127.745)

7 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, como requerido pela Resolução CMN nº 4.966/21, estavam assim distribuídos:

	Valor da Carteira	Valor Presente	Não Problemático	Problemático	Problemático	30/06/2026	31/12/2025
Dias em Atraso							
Até 30 dias	595.698	10.122	1.399	–	–	11.521	12.674
31 a 90 dias	29.735	3.624	218	–	–	3.842	3.369
91 a 120 dias	97	–	2	–	–	2	1.867
121 a 240 dias	5.433	–	–	–	2.233	2.233	5.511
Acima de 240 dias	23.442	–	–	–	18.572	18.572	22.723
Total Provisão	654.405	13.746	1.617	20.807	36.170	36.170	46.144

a) Casos Adimplidos Problemáticos: são contratos em que o cliente foi considerado problemático devido a estar inadimplido e voltado a realizar os pagamentos ficando então em processo de cura, ou casos em que o cliente possui mais de um contrato, porém apresenta ao menos um deles como problemático. b) Casos Inadimplidos: são os contratos que apresentam parcelas vencidas há mais de 90 dias. **Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito:**

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Saldo Inicial	46.144	22.866
Efeito da adoção inicial – 4.966/21	–	4.955
Constituição Líquida de (reversão)	(9.005)	15.010
Créditos baixados para prejuízo	(969)	(3.505)
Saldo Final	36.170	39.327

Venda de Portfólio de Créditos: Em 27/03/2026 a Companhia assinou contrato para a venda de portfólio de créditos, cujo valor nominal era de R\$ 35.510 para a parte relacionada, Locadora DL do Brasil S.A. O montante total da venda foi de R\$ 20.913, recebidos à vista. A venda da carteira resultou em uma reversão de R\$ 15.992 da Provisão de risco de crédito e um Prejuízo de R\$ 14.597. O efeito líquido no resultado do exercício dessa transação foi de lucro de R\$ 1.395.

8 Outros ativos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG – Comissões a Receber	618	959
Deutsche Leasing Finance GmbH – Comissões a Receber	5.136	479
Parceiros nacionais – Comissões a receber	2.190	133
Outros¹	1.503	1.524
Total	9.447	3.095
Circulante	9.447	3.095

¹ Antecipação de salários e demais adiantamentos a funcionários

11 Depósitos

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2026 Total	31/12/2025 Total
Depósitos Interfinanceiros (i)	36.220	50.971	37.538	124.729	165.457
Depósitos a prazo (ii)	–	–	48.382	48.382	45.649
Total	36.220	50.971	85.920	173.111	211.106

(i) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 11,82% a.a. e vencimento final em fevereiro de 2030. (ii) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 14,55% a.a. e vencimento final em maio de 2030.

12 Obrigações por empréstimos e Dívida Subordinada

a) Composição do saldo – Empréstimos:

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2026 Total	31/12/2025 Total
Empréstimos – No País (a)	12.745	35.909	134.757	183.411	248.681
Empréstimos – No Exterior (b)	22.775	60.491	104.232	187.498	218.616
Ajuste de Hedge (vide nota 5b)	–	–	(23)	(23)	190
Total	35.520	96.400	238.966	370.886	467.487

(a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 10,22% a.a. e vencimento final em junho de 2030. As captações indexadas ao CDI são acrescidas de uma taxa de juros prefixada. Essa taxa foi em média 1,90% a.a., e as operações possuem vencimento final em março de 2030. (b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros e Dólares à taxa de juros pré-fixados acrescidos de variação cambial e com vencimento final em junho de 2033. b) Composição do saldo – Dívida Subordinada:

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2026 Total	31/12/2025 Total
Dívida subordinada (a)	987	2.960	30.650	34.597	36.206
Total	987	2.960	30.650	34.597	36.206

13 Outros passivos financeiros

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores de Arrendamento Mercantil	2.063	1.177
Adiantamento de Clientes de Contratos de Arrendamento Mercantil (a)	2.442	610
Total	4.505	1.787
Circulante	4.505	1.787

(a) Valor recebidos antecipadamente de clientes relacionados à contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

14 Outros passivos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Despesa com Pessoal	2.119	2.639
Serviços de terceiros	882	715
Total	3.001	3.354
Circulante	3.001	3.354

15 Patrimônio líquido

• **Capital social:** O Capital Social está representado por 87.563.586 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue em 30 de junho de 2026:

	Participação %	Nro. integrações	Valor lizado
Acionista			
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG	95	83.185.407	83.185

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Créditos Tributários (nota 16c)	48.116	51.013
Total	51.457	53.384

b) Passivos fiscais correntes e diferidos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre salários	(296)	(395)
Total	(7.074)	(9.368)

c) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos	31/12/2025	Constituição	Reversão	30/06/2026
Prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social	29.182	–	(391)	28.791
Provisão associada a risco de crédito	20.625	–	(2.962)	17.663
Marcação a mercado	562	653	–	1.215
Provisões passivas	644	–	(197)	447
Total	51.013	653	(3.550)	48.116
Obrigações fiscais diferidas sobre superveniência	(9.351)	–	5.124	(4.227)
Sobre marcação a mercado	(17)	(1.327)	–	(1.344)
Total	(9.368)	(1.327)	5.124	(5.571)

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o custo médio de captação praticado pelo Banco, aplicado sobre os valores normais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço. A expectativa de realização dos créditos tributários é suportada por um estudo técnico elaborado pelo Banco e demonstrada a seguir:

Ano de realização	Valor nominal	Valor presente
2026	8.509	8.509
2027	8.023	7.217
2028	6.424	5.433
2029	6.834	5.531
2030	7.388	5.779
2031	5.367	4.083
Total	42.545	36.552

d) **Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social:** Em 30 de junho de 2026, o Banco tem as seguintes bases de cálculo e montantes apurados:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Imposto de Renda	(3.483)	(11.868)
Contribuição Social	11.857	7.086
Imposto de Renda	(185)	295
Outras adições temporárias	(464)	(212)
Outras adições permanentes	17	69
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(4.946)	1.587
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	2.796	(3.043)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(839)	–
Base tributária	1.957	(3.043)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	477	–

17 Partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco podem ser assim consideradas: os administradores, a diretoria executiva e os membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social do Banco, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador. As transações são sempre realizadas dentro de parâmetros de mercado e o resultado e o saldo de operações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.636/2018, e apresentam a seguinte composição:

Descrição	Ativos/(Passivos) 30/06/2026	Ativos/(Passivos) 31/12/2025	Receitas/(Despesas) 30/06/2026	Receitas/(Despesas) 30/06/2025
Obrigações Por Empréstimo no Exterior				
Deutsche Leasing Funding B.V.	(50.390)	(74.396)	(2.005)	(2.761)
Deutsche Sparkassen Leasing AG & CO. KG	(34.596)	(36.206)	(1.295)	(1.337)
Outros Ativos				
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG (nota 8)	618	959	4.330	3.540
Deutsche Leasing Finance GmbH (nota 8)	5.136	479	332	2.587

Remuneração dos empregados e administradores: De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com remuneração dos administradores e gerência do Banco totalizaram R\$ 955 em 2026 (1.916 em 31 dezembro de 2025). O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários.

18 Resultado de Intermediação Financeira

a) Operações de crédito e arrendamento mercantil	30/06/2026	30/06/2025
Operações de crédito	17.613	32.544
Arrendamento financeiro	9.480	13.147
Total	27.093	45.691

b) Operações de captação no mercado	30/06/2026	30/06/2025
Resultado com obrigações por empréstimos	506	(16.670)
Resultado com dívidas subordinadas	(1.294)	–
Resultado com depósitos a prazo	(3.394)	(2.305)
Resultado com depósitos interfinanceiros	(9.860)	(14.518)
Total	(14.042)	(33.493)

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado com Instrumentos Financeiros		
Derivativos	(1.558)	(1.013)
Total	(1.558)	(1.013)

d) Receita de prestação de serviços	30/06/2026	30/06/2025
Serviços prestados a ligadas¹	4.662	6.127
Taxa de abertura de crédito	136	185
Total	4.798	6.312

¹Refere-se a serviços de captação, análise de crédito, processamento de operações de crédito e prestação de serviço de funcionários locais para outras empresas do grupo sediadas no exterior

e) Despesas com pessoal	30/06/2026	30/06/2025
Salários	2.301	2.250
Bônus	1.466	1.510
Encargos trabalhistas	1.378	1.306
Férias e 13.º salário	726	473
Assistência Médica e Odontológica	705	615
Outras despesas de pessoal	447	445
Seleção e treinamento	42	67
Total	7.065	6.666

f) Outras Despesas Administrativas	30/06/2026	30/06/2025
Aluguéis e Condomínio	210	247
Manutenção e conservação predial	37	48
Processamento de dados	1.215	895
Serviços do sistema financeiro	1.128	1.116
Serviços de terceiros	254	483
Serviços técnicos especializados	3.298	2.749
Despesas de transportes	477	403
Despesas com publicações	20	24
Despesas com viagens	352	607
Despesas com telefonia	83	135
Manutenção e conservação de equipamentos	145	341
Contribuição entidade de classe	150	30
Outras despesas administrativas	291	177
Total	7.660	7.255

g) Despesas tributárias	30/06/2026	30/06/2025
Descrição	Aliquota	
ISS	2,00%	943
PIS	0,65%	78
COFINS	4,00%	480
Total	1.501	1.420

h) Outras Receitas Operacionais	30/06/2026	30/06/2025
Descontos obtidos	–	65
Reversão de provisão de Bônus	1.319	1.049
Receita de multas contratuais	1.582	1.536
Lucro na venda de bens	–	186
Total	2.901	2.836

Capital alocável	30/06/2026	Capital alocável	31/12/2025
RBAN Original	1.753	RBAN Original	1.427
Taxas de juros em reais	12.925	Taxas de juros em reais	1.380
Cupom de moeda estrangeira	–	Cupom de moeda estrangeira	14.978

2.3) **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O Banco não transaciona seus instrumentos financeiros ativos e passivos em mercados ativos, tendo sua operação baseada em uma estrutura de banking. Dessa forma, considera o valor contábil como a aproximação equivalente ao valor justo de seus instrumentos financeiros ativos (Carteira de crédito e outros ativos financeiros) e passivos (Obrigações por empréstimos e outros passivos financeiros). 3) **Riscos de Liquidez:** O Banco monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência do Banco. Estas informações são encaminhadas para as

continua ...

PUBLICIDADE LEGAL

... continuação

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A.

áreas de negócios e para a Administração, e suportam o planejamento de liquidez do Banco. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa. **4) Riscos de Crédito:** De acordo com a Resolução 4.557/2017, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais do Banco, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira

de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A Administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Banco.

Marcelo Festucia – Diretor Presidente

Daniel Matiello – Contador CRC 1SP 358.541

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas do Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil – Banco Múltiplo S.A., em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações**

que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2SP 011.609/O-8 Bruna Oliveira de Araujo Contadora – CRC nº 1SP 303.868/O-6

Deloitte.

Santas Participações S/A.					
CNPJ nº 09.602.438/0001-14					
Relatório da Diretoria					
Senhores Sócios: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Agradecemos aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores e a todos que, direta ou indiretamente, nos deram apoio e confiança. Colocamos-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos. São Paulo, 20 de agosto de 2026. A Diretoria					
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2025 e 2024 (Em R\$1)					
Balanços Patrimoniais			Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Ativo	2025	2024		2025	2024
Circulante	90.907	94.995	Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais:		
Caixa e Equivalentes de Caixa	83.732	87.755	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	19.464.597	77.538.262
Impostos a Recuperar	6.661	6.726	Despesas (Receitas) que não afetaram o Caixa		
Outros Créditos	514	514	Resultado Equivalência Patrimonial	19.468.653	77.614.945
Não Circulante	679.425.362	659.522.798	Prejuízo Operacional Bruto antes Mudanças Capital de Giro	38.933.250	155.153.207
Investimentos	679.425.362	659.956.709	Varição de Ativos e Passivos Operacionais		
Total	679.516.269	659.617.793	Impostos a Recuperar	65	193
Passivo e Patrimônio Líquido	2025	2024	Outras Obrigações	(90.032)	88.228
Circulante	26	90.058	Total da Variação de Ativos e Passivos Operacionais	(89.967)	88.421
Outras Obrigações	26	90.058	Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	38.843.283	155.241.628
Patrimônio Líquido	679.516.243	659.961.646	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Capital Social	756.704.767	752.845.139	Aumento de Investimentos	(38.847.306)	(155.159.582)
Reserva de Lucros	-	-	Recebimento de Dividendos	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Investida	492.862	492.862	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(38.847.306)	(155.159.582)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(77.681.386)	(93.376.355)	Aumento (Redução) nas Disponibilidades	(4.023)	82.046
Total	679.516.269	659.617.793	(+) Disponibilidades – No Início Do Período	87.755	5.708
			(-) Disponibilidades – No Final Do Período	83.732	87.755
Demonstrações dos Resultados			Mov. Líquida Caixa, Bancos e Aplicação Líquida Imediata	(4.023)	82.047
	2025	2024			
Receita Operacional Líquida	19.468.653	77.614.945			
Resultado Equivalência Patrimonial	19.468.653	77.614.945			
Lucro/Prejuízo Bruto (Despesas) Receitas Operacionais	(4.056)	(76.683)			
Despesas Administrativas e Gerais	(14.855)	(80.668)			
Receitas Financeiras	10.799	3.985			
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	19.464.597	77.538.262			
Lucro/Prejuízo Líquido por Quota (Em R\$)	127,01	750,59			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Capital Social de Lucros	Reserva	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2023	643.638.747	-	492.862	(170.914.618)	473.216.991
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	77.538.262	77.538.262
Aumento do Capital Social	109.206.392	-	-	-	109.206.392
Saldo em 31/12/2024	752.845.138	-	492.862	(93.376.356)	659.961.646
Aumento do Capital Social	3.859.628	-	-	(3.769.628)	90.000
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	19.464.597	19.464.597
Saldo em 31/12/2025	756.704.767	-	492.862	(77.681.387)	679.516.243
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis					
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei nº 11.638/07, que dispõe sobre as sociedades por ações e pela Legislação Tributária. O resultado é apurado pelo regime de competência do Exercício. Os Investimentos em empresas coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.					
A Diretoria		Christianne Alcantara – Contadora CRC 1SP 259.876/O-0			

EZX Informática S.A.				
CNPJ nº 06.234.798/0001-12 - NIRE 35.300.510.607				
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/02/2026				
Data, Hora e Local: Em 23/02/2026, às 14hs, na sede social. Convocação e Presença: Dispensada. Face à presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. Mesa: Foi aclamado para presidir a mesa o Sr. João Paulo da Costa Barros Lins, que convidou a mim, Marcos Mancini Keating, para secretariá-lo. Deliberação aprovadas: (i) Aprovaram a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 2.300.000,00 ("Dividendos"), apurados com base no Balanço Patrimonial Intermediário e nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia, ambos referentes ao período de 01/01/2025 até 31/12/2025, os quais foram colocados à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Companhia, conforme política de distribuição de dividendos prevista no Capítulo VI, Art. 14, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia. (ii) O valor apurado dos Dividendos está sujeito à realização da auditoria anual das DF's da Companhia e posterior AGO de aprovação das contas da Companhia do exercício social encerrado em 31/12/2025. Nada mais. São Paulo/SP, 23/02/2026. JUCESP nº 1.377.590/26-4 em 21/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.				

Crédito rotativo: juros recuam para 436,2% ao ano, mas uso da modalidade cresce

A taxa média de juros cobrada pelos bancos no rotativo do cartão de crédito registrou recuo no cenário recente, caindo para 436,2% ao ano, de acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil. No entanto, a moderação do custo financeiro não reduziu a procura por essa linha de financiamento, e a concessão de crédito na modalidade continua crescendo no país.

O movimento reflete o hábito persistente dos consumidores brasileiros de recorrer ao financiamento de curto prazo para cobrir despesas do dia a dia. Mesmo com o teto estabelecido para limitar os juros do rotativo a 100% do valor principal da dívida, a migração para o parcelado com juros e a demanda

aquecida mantêm o volume financeiro total em patamares elevados.

A ampliação no uso do crédito rotativo mostra que a busca por liquidez imediata permanece forte entre as famílias. A concessão da modalidade impulsiona o montante total transacionado pelas instituições financeiras, evidenciando que a taxa anual ostensiva, embora menor do que em períodos anteriores, ainda representa um elevado peso no orçamento das famílias.

Economistas alertam que o recurso ao rotativo deve ser encarado estritamente como um instrumento emergencial. A alta inadimplência e o custo final para o consumidor continuam sendo gargalos estruturais para a expansão sustentável da renda disponível.

Para conter o efeito

cascata do endividamento, medidas do Conselho Monetário Nacional (CMN) continuam moldando o ambiente bancário. A permissão para a portabilidade gratuita do saldo devedor do cartão de crédito possibilita que os clientes transfiram suas dívidas acumuladas para instituições com propostas de refinanciamento mais vantajosas.

Analistas do setor financeiro apontam que a tendência para o restante de 2026 dependerá da capacidade dos consumidores em migrar débitos para linhas mais baratas, como o crédito consignado ou o parcelado tradicional. A expectativa do mercado é que a maior concorrência entre as instituições auxilie na gradual redução do spread bancário ao longo dos próximos trimestres.

IstoÉDinheiro



GRÁFICOS INFORMATIVOS

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
5,1999 / R\$ 5,2005 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,1941 / R\$ 5,1961 *
Turismo - R\$ 5,2221 /
R\$ 5,4021
(*) cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio
livre mercado
no dia: +0,63%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: +0,30%
Pontos: 175.664
Volume financeiro:
R\$ 23,967 bilhões
Maiores altas: Petrobras
ON (+1,99%), B3 ON
(+1,97%), Santander
UNT (+1,83%)
Maiores baixas: MRV
ON (-5,12%), Magazine
Luiza ON (-4,55%), CSN
ON (-2,98%)
S&P 500 (Nova York):
-0,25%
Dow Jones (Nova York):
-0,02%
Nasdaq (Nova York):
-0,52%
CAC 40 (Paris): 0,98%
Dax 30 (Frankfurt):
0,77%
Financial 100
(Londres): 0,29%
Nikkei 225
(Tóquio): 0,41%
Hang Seng
(Hong Kong): 0,07%
Shanghai Composite
(Xangai): -0,11%
CSI 300
(Xangai e Shenzhen):
-0,48%
Merval (Buenos Aires):
-0,72%
IPC (México): -0,53%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%
Março 2026: 0,88%
Abril 2026: 0,67%
Maio 2026: 0,81%
Junho 2026: 0,16%
Julho 2026: 0,07%

Shelby Participações S/A
CNPJ/MF nº 30.949.195/0001-81 – NIRE 35.300.518.764
Ata de Assembléia Geral Ordinária realizada em 9 de abril de 2025
Data, Hora e Local: Aos dias 09/04/2025, às 15 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Nada mais, encerrada a Assembleia, lavrou-se a Ata. **Mesa:** Sr. **Carlos Eduardo dos Santos Gomes – Presidente;** Sr. **Raphael Guelfi Troiano** – Secretário. **Deliberações Tomadas por Unanimidade e sem quaisquer restrições:** **5.1.** Aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.000.000,00, mediante a emissão de 1.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.1.1.** Em decorrência do aumento de capital, o capital social passará de R\$ 1.624.000,00, dividido em 1.624.000 ações, para R\$ 2.624.000,00, dividido em 2.624.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.1.2.** As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas, conforme Boletim de Subscrição constante do Anexo I. **5.2.** Alteração dos endereços dos acionistas **Carlos Eduardo dos Santos Gomes, Julia Carvalho dos Santos Gomes e Felipe Carvalho dos Santos Gomes.** **5.3.** Reeleição de **Carlos Eduardo dos Santos Gomes e Alexandre Parra de Siqueira** para o cargo de Diretores sem designação específica, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, bem como ratificação dos atos praticados desde o término dos respectivos mandatos. **5.4.** Aprovação das modificações do Estatuto Social, conforme Anexo II. **Encerramento:** Nada mais, encerrada a Reunião, lavrou-se a Ata. São Paulo, 09/04/2025. **Presidente:** Sr. **Carlos Eduardo dos Santos Gomes.** **Secretário:** Sr. **Raphael Guelfi Troiano.** **Advogado:** Dr. **Andrews Meira Pereira** – OAB/SP 292.157. **Anexo II – Estatuto Social:** **Título I – Da denominação, sede, prazo de duração e objeto social:** **Art. 1º.** Shelby Participações S/A é uma sociedade anônima de capital fechado e regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º.** A sociedade tem sede e foro à Avenida Nossa Senhora do Ó, nº 865, Sala 1.113, Edifício Helbor Offices, bairro do Limão, São Paulo/SP, CEP 02715-000, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Art. 4º.** A sociedade tem por objeto social: Holdings de instituições não financeiras; administração de bens próprios, controle ou participação em outras empresas de qualquer ramo de atividade ou natureza jurídica, compra e venda de imóveis próprios, aluguel de imóveis próprios e atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. **Título II – Do capital e das ações:** **Art. 5º.** O capital social é de R\$ 2.624.000,00, divididos em 2.624.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo subscritos e integralizados neste ato por meio de contribuição em dinheiro e dos seguintes bens imóveis: **1 –** R\$ 1.100.000,00, em moeda corrente nacional; **2 –** 01 Conjunto comercial situado na Praça Tomas Morus, nº 81, Conjunto 107, Sala 107, São Paulo/SP, 1º pavimento superior do Condomínio Edifício West Corporate, com área privativa de 36,32 m² e uma vaga para veículo, avaliado em R\$ 386.000,00, Matrícula nº 123.294, Inscrição Cadastral Municipal nº 021.010.0035-0; **3 –** 01 Conjunto comercial situado na Praça Tomas Morus, nº 81, Conjunto 101, Sala 101, São Paulo/SP, 1º pavimento superior do Condomínio Edifício West Corporate, com área privativa de 37,47 m² e uma vaga para veículo, avaliado em R\$ 398.000,00, Matrícula nº 123.288, Inscrição Cadastral Municipal nº 021.010.0035-0; **4 –** 01 terreno situado na Rua César Pena Ramos, nº 337, São Paulo/SP, de 344 m² e 167m² de área construída, avaliado em R\$ 690.000,00, Matrícula nº 7.200, Inscrição Cadastral Municipal nº 076.150.0076; **5 –** 01 terreno na Rua Soberana, Lote nº 6, Quadra nº 27, Botujuru, Mogi das Cruzes/SP, com 400m² e avaliado em R\$ 50.000,00, Matrícula nº 5.716, Inscrição Cadastral Municipal nº 3.31.071.0348; **§ Primeiro.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§ Segundo.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir suas próprias ações para efeitos de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Art. 6º.** Cada ação dá direito a um voto nas deliberações sociais. **Título III – Da Assembleia Geral:** **Art. 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Art. 8º.** O Presidente da Assembleia Geral será um dos acionistas da sociedade, que convidará um dos acionistas presentes para servir de Secretário, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia. **Art. 9º.** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computando os votos em branco. **Título IV – Da administração da sociedade:** **Art. 10.** A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 01 membro e, no máximo, 03 diretores, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, por maioria de votos dos acionistas ou de seus procuradores. **Art. 11.** O prazo do mandato da Diretoria é de 03 anos, mas estender-se-á até a investidura dos novos membros eleitos, sendo admitida a reeleição. **Art. 12.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Art. 13.** A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, o montante global da remuneração da Diretoria, cabendo a mesma deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus respectivos membros. **Art. 14.** No caso de impedimento ocasional de um direito, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Art. 15. Caberá à Diretoria: a)** Representar a sociedade perante terceiros; **b)** Preparar todos os elementos necessários à prática dos atos de competência da Diretoria; **c)** Fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; **d)** Contratar empréstimos junto a instituições financeiras, oficiais ou privadas, podendo, para tanto, constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; **e)** Adquirir, onerar e alienar bens imóveis e participações em sociedades ou empreendimentos das quais seja ou venha ser sócio ou acionista; **f)** Transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos; **g)** Representar, ativa e passivamente, em atos e operações que constituam obrigações para a sociedade ou exonerem terceiros de obrigações para com a mesma; **h)** Representar a sociedade junto a quaisquer órgãos e repartições públicas federais, estaduais e municipais, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, exclusivamente para fins administrativos; **i)** Representar a sociedade nos atos de emissão, endosso de cheques, ordens de pagamento, letras de câmbio ou de duplicatas em favor de instituições financeiras, para o efeito de depósito em conta da sociedade, de desconto e/ou de caução e/ou de penhor mercantil e/ou de cobrança, no segundo caso, inclusive assinando os respectivos contratos, propostas e borderôs; **j)** Representação junto à Justiça do Trabalho, Ministério Público e Sindicatos, inclusive para os fins de nomeação de prepostos e em matérias relacionadas com a admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; **k)** Junto a terceiros, para fins de representação que não envolva obrigação de qualquer natureza para a sociedade. **Art. 16.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo 9º competem diretor, agindo isoladamente ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador (es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a 01 ano, exceto em relação às procurações “ad judícia”, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **§ 1º.** Dependirão da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de fianças, avais e outras garantias em favor de terceiros. **§ 2º.** As citações iniciais da sociedade somente serão válidas quando feitas na pessoa de um dos diretores. **Art. 17.** Compete à Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Título V – Do Conselho Fiscal:** **Art. 18.** O Conselho Fiscal é órgão não permanente e, quando instalado, na forma da lei, será constituído de 03 a 05 membros e suplentes em igual número de acionistas ou não, os quais perceberão a remuneração mínima prevista em lei. **Art. 19.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 01 ano, permitida a reeleição. **Art. 20.** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos ou faltas ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes. **Título VI – Das demonstrações financeiras e da destinação do lucro líquido:** **Art. 21.** O exercício social coincide com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando será elaborado um Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **Art. 22.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhe der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal quando em funcionamento e depois de feitas as deduções determinadas em lei. **Art. 23.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer tempo, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Art. 24.** A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório em cada exercício social o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **§ Único.** Os acionistas poderão, no entanto, deliberar de forma unânime, em Assembleia Geral, pela distribuição de um percentual maior. **Título VII – Da Liquidação:** **Art. 25.** A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período de liquidação e a liquidação com consequente extinção da sociedade serão efetuadas de acordo com a legislação em vigor. **Art. 27.** Liquidado o passivo, o ativo remanescente será distribuído aos acionistas na forma determinada em lei. **Título VIII – Das disposições gerais:** **Art. 28.** No caso de liquidação, extinção ou encerramento das atividades de qualquer dos acionistas pessoas jurídicas, a Companhia deverá continuar mediante celebração de novo acordo entre os acionistas remanescentes. **§ 1º.** Caso a Companhia tenha acionistas Limitada Unipessoal, em caso de morte ou incapacidade do titular, os herdeiros do mesmo passarão automaticamente a ser titulares das ações. Se os herdeiros ou sucessores não desejarem participar da sociedade, os remanescentes ficam com o direito de adquirir as ações. **§ 2º.** Caso a Companhia tenha acionistas pessoas físicas, em caso de morte ou incapacidade do acionista, será adotada a mesma regra do § primeiro. **Art. 29.** Os casos omissos no presente Estatuto serão regidos pela legislação em vigor pertinente à matéria. **Art. 30.** A Companhia é regida pelas normas estabelecidas na Lei 6.404/76, com suas alterações posteriores. **Guarulhos, 09/04/2025. Presidente:** Carlos Eduardo dos Santos Gomes, CPF 263.809.038-79, RG 13.701.623-2/SSP-SP. **Secretário:** Raphael Guelfi Troiano, CPF 274.703.418-62, RG 25.054.306-0. **Advogado:** Andrews Meira Pereira, OAB/SP 292.157, CPF 351.081.098-81. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 162.712/25-0 em 08/05/2025. Aloizio E. Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Shelby Participações S/A
CNPJ/MF nº 30.949.195/0001-81 – NIRE 35.300.518.764
Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de janeiro de 2026
Data, Hora e Local: Aos 27/01/2026, às 10 horas, na sede social da Companhia (“Companhia”). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, por estarem presentes os representantes da totalidade do seu capital social. **Mesa:** Presidida pelo Sr. Carlos Eduardo dos Santos Gomes, e secretariado pelo Sr. Raphael Guelfi Troiano. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** **1.** Aumentar o capital social de R\$ 1.850.000,00, representado por 1.850.000 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, provenientes do Acionista Carlos Eduardo dos Santos Gomes. **1.1.** O capital social atual, correspondente a R\$ 2.624.000,00 dividido em 2.624.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passará a ser de R\$ 4.474.000,00, dividido em 4.474.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **1.2.** As ações ordinárias emitidas são totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas. **2.** Aprovadas as modificações no estatuto social. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo, 27/01/2026. Presidente: Sr. **Carlos Eduardo dos Santos Gomes;** Secretário: Sr. **Raphael Guelfi Troiano.** **Estatuto Social. Título I – Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social.** **Art. 1º.** Shelby Participações S/A é uma sociedade anônima de capital fechado e regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º.** A sociedade tem sede e foro à Avenida Nossa Senhora do Ó, nº 865, Sala 1.113, Edifício Helbor Offices, bairro do Limão, São Paulo/SP, CEP 02715-000, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Art. 4º.** A sociedade tem por objeto social: Holdings de instituições não financeiras; administração de bens próprios, controle ou participação em outras empresas de qualquer ramo de atividade ou natureza jurídica, compra e venda de imóveis próprios, aluguel de imóveis próprios e atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários. **Título II – Do Capital e das Ações.** **Art. 5º.** O capital social é de R\$ 4.474.000,00, dividido em 4.474.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo subscritos e integralizados neste ato por meio de contribuição em dinheiro e dos seguintes bens imóveis: **1 –** R\$ 2.950.000,00, em moeda corrente nacional; **2 –** 01 Conjunto comercial situado na Praça Tomas Morus, nº 81, Conjunto 107, Sala 107, São Paulo/SP, 1º pavimento superior do Condomínio Edifício West Corporate, com área privativa de 36,32 m² e uma vaga para veículo, avaliado em R\$ 386.000,00, Matrícula nº 123.294, Inscrição Cadastral Municipal nº 021.010.0035-0; **3 –** 01 Conjunto comercial situado na Praça Tomas Morus, nº 81, Conjunto 101, Sala 101, São Paulo/SP, 1º pavimento superior do Condomínio Edifício West Corporate, com área privativa de 37,47 m² e uma vaga para veículo, avaliado em R\$ 398.000,00, Matrícula nº 123.288, Inscrição Cadastral Municipal nº 021.010.0035-0; **4 –** 01 terreno situado na Rua César Pena Ramos, nº 337, São Paulo/SP, de 344 m² e 167m² de área construída, avaliado em R\$ 690.000,00, Matrícula nº 7.200, Inscrição Cadastral Municipal nº 076.150.0076; **5 –** 01 terreno na Rua Soberana, Lote nº 6, Quadra nº 27, Botujuru, Mogi das Cruzes/SP, com 400m² e avaliado em R\$ 50.000,00, Matrícula nº 5.716, Inscrição Cadastral Municipal nº 3.31.071.0348; **§ 1º.** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§ 2º.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir suas próprias ações para efeitos de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Art. 6º.** – Cada ação dá direito a um voto nas deliberações sociais. **Título III – Da Assembleia Geral.** **Art. 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Art. 8º.** O Presidente da Assembleia Geral será um dos acionistas da sociedade, que convidará um dos acionistas presentes para servir de Secretário, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia. **Art. 9º.** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computando os votos em branco. **Título IV – Da Administração da Sociedade.** **Art. 10.** A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 01 membro e, no máximo, 03 diretores, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, por maioria de votos dos acionistas ou de seus procuradores. **Art. 11.** O prazo do mandato da Diretoria é de 03 anos, mas estender-se-á até a investidura dos novos membros eleitos, sendo admitida a reeleição. **Art. 12.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Art. 13.** A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, o montante global da remuneração da Diretoria, cabendo a mesma deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus respectivos membros. **Art. 14.** No caso de impedimento ocasional de um direito, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Art. 15.** Caberá à Diretoria: a) Representar a sociedade perante terceiros; b) Preparar todos os elementos necessários à prática dos atos de competência da Diretoria; c) Fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; d) Contratar empréstimos junto a instituições financeiras, oficiais ou privadas, podendo, para tanto, constituir garantias reais sobre bens imóveis e semoventes; e) Adquirir, onerar e alienar bens imóveis e participações em sociedades ou empreendimentos das quais seja ou venha ser sócio ou acionista; f) Transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos; g) Representar, ativa e passivamente, em atos e operações que constituam obrigações para a sociedade ou exonerem terceiros de obrigações para com a mesma; h) Representar a sociedade junto a quaisquer órgãos e repartições públicas federais, estaduais e municipais, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, exclusivamente para fins administrativos; i) Representar a sociedade nos atos de emissão, endosso de cheques, ordens de pagamento, letras de câmbio ou de duplicatas em favor de instituições financeiras, para o efeito de depósito em conta da sociedade, de desconto e/ou de caução e/ou de penhor mercantil e/ou de cobrança, no segundo caso, inclusive assinando os respectivos contratos, propostas e borderôs; j) Representação junto à Justiça do Trabalho, Ministério Público e Sindicatos, inclusive para os fins de nomeação de prepostos e em matérias relacionadas com a admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; k) Junto a terceiros, para fins de representação que não envolva obrigação de qualquer natureza para a sociedade. **Art. 16.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo 9º competem diretor, agindo isoladamente ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador (es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a 01 ano, exceto em relação às procurações “ad judícia”, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **§ 1º.** Dependarão da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de fianças, avais e outras garantias em favor de terceiros. **§ 2º.** As citações iniciais da sociedade somente serão válidas quando feitas na pessoa de um dos diretores. **Art. 17.** Compete à Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Título V – Do Conselho Fiscal.** **Art. 18.** O Conselho Fiscal é órgão não permanente e, quando instalado, na forma da lei, será constituído de 03 a 05 membros e suplentes em igual número de acionistas ou não, os quais perceberão a remuneração mínima prevista em lei. **Art. 19.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 01 ano, permitida a reeleição. **Art. 20.** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos ou faltas ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes. **Título VI – Das Demonstrações Financeiras e da Destinação do Lucro Líquido.** **Art. 21.** O exercício social coincide com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando será elaborado um Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **Art. 22.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhe der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal quando em funcionamento e depois de feitas as deduções determinadas em lei. **Art. 23.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer tempo, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Art. 24.** A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório em cada exercício social o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Parágrafo Único.** Os acionistas poderão, no entanto, deliberar de forma unânime, em Assembleia Geral, pela distribuição de um percentual maior. **Título VII – Da Liquidação.** **Art. 25.** A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período de liquidação. **Art. 26.** A dissolução e a liquidação com consequente extinção da sociedade serão efetuadas de acordo com a legislação em vigor. **Art. 27.** Liquidado o passivo, o ativo remanescente será distribuído aos acionistas na forma determinada em lei. **Título VIII – Das Disposições Gerais.** **Art. 28.** No caso de liquidação, extinção ou encerramento das atividades de qualquer dos acionistas pessoas jurídicas, a Companhia deverá continuar mediante celebração de novo acordo entre os acionistas remanescentes. **§ 1º.** Caso a Companhia tenha acionistas Limitada Unipessoal, em caso de morte ou incapacidade do titular, os herdeiros do mesmo passarão automaticamente a ser titulares das ações. Se os herdeiros ou sucessores não desejarem participar da sociedade, os remanescentes ficam com o direito de adquirir as ações. **§ 2º.** Caso a Companhia tenha acionistas pessoas físicas, em caso de morte ou incapacidade do acionista, será adotada a mesma regra do § 1º. **Art. 29.** Os casos omissos no presente Estatuto serão regidos pela legislação em vigor pertinente à matéria. **Art. 30.** A Companhia é regida pelas normas estabelecidas na Lei 6.404/76, com suas alterações posteriores. **Guarulhos, 27/01/2026. Presidente:** Carlos Eduardo dos Santos Gomes, CPF 263.809.038-79, RG 13.701.623-2/SSP-SP. **Secretário:** Raphael Guelfi Troiano, CPF 274.703.418-62, RG 25.054.306-0. **Advogado:** Andrews Meira Pereira, OAB/SP 292.157, CPF 351.081.098-81. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 172.227/26-4 em 07/04/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.



NEGÓCIOS

iFood rebate governo e afirma que entregadores não recebem menos do que o salário mínimo



O iFood afirma que nenhum entregador ligado à plataforma recebe valor menor do que o salário mínimo nacional, hoje em R\$ 1.621. A afirmação está em documento enviado à Secretaria-Geral da Presidência da República, que responde a questionamento do ministro Guilherme Boulos.

"Nenhum entregador do iFood ganha, por hora, menos do que o salário mínimo horário vigente no Brasil. Em 2025, o ganho médio por hora trabalhada via iFood foi de R\$ 29,652", diz a plataforma.

Segundo a plataforma, com base no salário mínimo de R\$ 1.518 no ano passado, quem teve jornada de 176 horas mensais de trabalho no ano passado ganhou R\$

8,63 por hora trabalhada

Em 13 de agosto, Boulos foi procurado por entregadores que se queixaram da nova modalidade do aplicativo, o Mais Entregas, que paga valor mínimo entre R\$ 3 e R\$ 3,50 por entrega, abaixo dos R\$ 7 e R\$ 7,50 mínimos na modalidade Nuvem. O ministro enviou um ofício à empresa que respondeu aos questionamentos nesta sexta-feira (28).

No documento, o iFood diz que os entregadores do Mais Entregas ganham entre 10% e 30% mais do que os entregadores do modelo tradicional. Isso porque, além do valor mínimo, haveria um pagamento fixo a quem escolhe a modalidade.

Em nota enviada à reportagem, a Secretaria-

-Geral da Presidência diz que "a resposta do iFood é insuficiente e não esclarece os principais problemas no Mais Entregas apontados pelos entregadores".

O órgão afirma ainda que desde que o modelo foi implantado recebeu centenas de reclamações dos trabalhadores dizendo que o Mais Entregas impõe um sistema que reduz a remuneração.

"Segundo estes relatos, os entregadores que se recusam a aderir passam a receber menos demandas pelo algoritmo como uma espécie de punição. A falta de transparência das plataformas é um problema crítico e nosso governo tomará medidas rápidas e efetivas para combatê-la", afirma a Secretaria-Geral.

Folhapress

Confiança de serviços volta a subir em agosto, aponta índice da FGV

A confiança do setor de serviços no Brasil registrou uma reação em agosto de 2026, amortecendo a forte queda vista no mês anterior. O movimento ocorre em meio a um mercado de trabalho aquecido e ao alívio inflacionário de curto prazo, embora o custo de capital elevado e os alertas climáticos desafiem a sustentabilidade dessa recuperação para o restante do segundo semestre.

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) avançou 1,2 ponto neste mês, alcançando 89,0 pontos. O dado, divulgado nesta sexta-feira (28) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), indica uma retomada parcial após o indicador despencar 3,0 pontos na medição de julho.

Apesar do saldo positivo, a leitura interna da pesquisa revela que a recuperação não foi homogênea. O resultado reflete prioritariamente uma compensação natural do mercado, que tenta equilibrar o compasso após o pessimismo exagerado do mês anterior.

Para medir o pulso operacional imediato das companhias, a pesquisa concentra grande parte de seu peso no momento presente do setor. O Índice de Situação Atual (ISA-S) puxou a fila com uma alta firme de 1,3 ponto, estacionando a métrica em 90,8 pontos.

No campo das projeções para o último quadrimestre de 2026, os gestores do setor demonstraram um otimismo mais cauteloso. O Índice de Expectativas (IE-S) subiu apenas 1,0 ponto, alcançando 87,3 pontos, sinalizando que as empresas mantêm planos de expansão, porém de forma contida.

De acordo com Stéfano Pacini, economista da FGV IBRE responsável pela análise, a sustentação do resultado positivo dependeu diretamente da trégua recente nos índices de preços e da resiliência contínua no ritmo de contratações. Contudo, os gargalos estruturais permanecem no radar do empresariado nacional.

IstoÉDinheiro

Governo atende Braskem e renova alíquota de importação de resinas de plástico



O governo federal atendeu à Braskem, gigante do setor petroquímico que vive dificuldade financeira, e renovou a alíquota do imposto de importação de seis tipos diferentes de resinas de plásticos de interesse da empresa.

A Camex (Câmara de Comércio Exterior), órgão colegiado que reúne dez ministérios do governo, tomou a decisão nesta quinta-feira (27). Além de atender outros pleitos da indústria química nacional, a medida renova por 12 meses a alíquota de importação de 20% sobre seis diferentes tipos de resinas de polietileno (PE) e polipropileno (PP).

Na mesma reunião, o órgão aprovou duas medidas antidumping sobre

resinas de polietileno tereftalato (PET) vindas da Malásia e do Vietnã. Esse material, que é usado na fabricação de garrafas de água e refrigerante, agora enfrentará tarifas adicionais para entrar no Brasil.

A concorrência com produtores estrangeiros é um dos motivos da dificuldade financeira da Braskem, que protocolou na última segunda-feira (24) um pedido de recuperação extrajudicial e reconheceu uma dívida de US\$ 10,9 bilhões. A Justiça aprovou o procedimento, disse a empresa nesta sexta-feira (28). A reportagem procurou a Braskem às 10h45 desta sexta-feira (28), mas a empresa ainda não se manifestou. A Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química) disse

que a decisão -que inclui não apenas os pleitos endossados pela Braskem, mas outros 22 produtos-, reconhece a gravidade do quadro de sobrecapacidade produtiva global e a urgência de se manter o instrumento de defesa comercial que vem permitindo o reequilíbrio do mercado interno.

Para a Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico), as medidas da Camex vão encarecer produtos que usam plástico, como remédios, alimentos e cosméticos. "Quem vai pagar essa conta é o consumidor final, que vai comprar um produto mais caro porque o governo resolveu proteger essa empresa [Braskem]", diz José Ricardo Roriz Coelho, presidente da entidade.

Folhapress